Vereadores levam ao Ministério Público denúncia sobre R$ 2,6 milhões pagos pela Prefeitura de Monte Santo a empresas de ex-secretário

Cinco vereadores da Câmara Municipal de Monte Santo apresentaram ao **Ministério Público do Estado da Bahia** uma Notícia de Fato com documentos oficiais que apontam indícios de direcionamento em licitações vencidas por duas empresas do ex-Secretário Municipal de Administração **Fernando Luiz Barbosa de Oliveira**, e de conflito de interesses no contrato de um laboratório da sócia dele com a Saúde do município. A denúncia foi anunciada na tribuna pelo vereador **Emicleiton Rubem da Conceição** na sessão de votação do orçamento de 2027.

R$ 2.588.571,00
pagos às duas empresas do ex-secretário, de abril de 2023 a agosto de 2026

95%
desse valor saiu da Secretaria Municipal de Educação

17 de 17
certames analisados vencidos pelas duas empresas (12 da Popular, 5 da Casa da Limpeza)

R$ 865.725,60
contrato do laboratório da sócia, assinado 45 dias após ela deixar o hospital municipal

1 Quem é quem

Fernando Luiz Barbosa de Oliveira
Secretário Municipal de Administração de 01/01/2021 a 01/02/2023. Presidente do PSB, partido da Prefeita, em Monte Santo de 06/09/2023 a 08/10/2025, e representante da coligação da Prefeita em 2024 (certidões do TSE). Sócio-administrador da **Popular Empreendimentos** e da **Comercial Casa da Limpeza**.

Azinda Maria Silva Costa Pinheiro
Titular de 90% do capital da Popular (JUCEB). Foi 2ª suplente da Comissão Permanente de Licitação (2021), gestora de contratos da Assistência Social, Coordenadora de Programas e Projetos (cargo de confiança, até 19/04/2023) e responsável técnica pelo laboratório do Hospital Municipal (até 06/07/2026). Figura como sócia do **Laboratório Laborvida**.

Jailson da Silva Carvalho
Secretário Municipal de Educação. Sucedeu Fernando na presidência do PSB local em 09/10/2025. Solicitou e assinou como contratante quatro das licitações vencidas pela Popular (PEs 074 e 082/2023, 010 e 029/2024).

Silvânia Silva Matos
Prefeita de Monte Santo. Como autoridade competente, adjudicou e homologou os certames, inclusive a Concorrência 023/2026 (R$ 1.749.907,02), homologada em 24/11/2026.

2 As empresas

Popular Empreendimentos Ltda · CNPJ 34.410.910/0001-64

- Recebeu **R$ 1.676.767,00** da Prefeitura; venceu os **12** certames analisados de que participou.
- Segundo os documentos que ela mesma apresentou, não tem **nenhum empregado** e sua atividade principal é de serviços de escritório.
- Em 2026, ficou com **R$ 2.596.643,56 em quatro obras** de engenharia (Concorrências 014, 018, 021 e 023/2026).

Comercial Casa da Limpeza Ltda · CNPJ 50.546.419/0001-11

- Aberta em **04/05/2023** pelo mesmo sócio, com o **mesmo telefone** da Popular.
- Recebeu **R$ 911.804,00** da Prefeitura; venceu os **5** certames analisados.
- Também tem contrato com a **Câmara Municipal** (R$ 25.204,20), cujo atestado garantiu à empresa um pregão de R$ 1.277.855,24 na Prefeitura.

3 Linha do tempo

01/01/2021 Fernando assume a Secretaria de Administração; Azinda é nomeada Coordenadora de Programas e Projetos e, dias depois, suplente da Comissão de Licitação (Decreto 019/2021).

17/01/2023 Ainda secretário, Fernando eleva o capital da Popular na Junta Comercial de R$ 63 mil para R$ 600 mil.

01/02/2023 Fernando deixa a Secretaria de Administração.

02/02/2023 **No dia seguinte**, o escritório do contador da empresa (Positivo Contabilidade) emite o atestado técnico que a Popular usará nas licitações.

19/04/2023 A Popular vence a primeira licitação (PE 014/2023), em **8º lugar**, após a desclassificação das 7 propostas mais baratas. **No mesmo dia**, Azinda deixa a coordenação.

20/04/2023 Azinda é nomeada responsável técnica pelo laboratório do Hospital Municipal (Decreto 668/2023).

04/05/2023 Fernando abre a Comercial Casa da Limpeza.

06/09/2023 Fernando assume a presidência do PSB em Monte Santo.

15/04/2025 A Prefeitura abre o Credenciamento 006/2025 para exames laboratoriais; o Laborvida figura entre os credenciados.

09/10/2025 O Secretário de Educação, Jailson, sucede Fernando na presidência do PSB.

06/07/2026 Termina o vínculo de Azinda com o hospital municipal.

20/08/2026 **45 dias depois**, o Laborvida assina com o Município o Contrato 197/2026: **R$ 865.725,60**.

24/11/2026 Homologada a Concorrência 023/2026 para a Popular (**R$ 1.749.907,02**), um dia depois de negado o recurso de uma concorrente.

27/11/2026 Os vereadores apresentam a Notícia de Fato ao Ministério Público do Estado da Bahia.

4 Principais indícios apontados

1 Concorrente com cotação assinada pelo contador da vencedora

Na primeira licitação, a cotação de uma suposta concorrente foi assinada digitalmente pelo sócio da Positivo Contabilidade, contador da Popular.

PE 014/2023 · assinatura digital no documento e quadro societário da Receita Federal

2 Prazo reaberto depois de encerrado

Em 7 certames, a data de abertura foi alterada depois de vencido o prazo de propostas, e só então a proposta do grupo entrou. No PE 029/2024, o prazo foi reaberto às 8h41; a proposta da Popular chegou às 8h55.

Registros do sistema Licitações-e (Banco do Brasil)

3 Pago acima do contrato, com dinheiro federal

No PE 009/2025, o contrato era de R$ 171.035,00; foram empenhados e pagos R$ 198.022,80, com recursos do salário-educação, sem aditivo localizado.

Contrato 091-C/2025 e processo de pagamento (SIGA/TCM-BA)

4 Valor estimado acima de todas as cotações

No PE 010/2024, o valor estimado (R$ 216.028,80) ficou acima de todas as cotações (média de R$ 193.093,40), e a única proposta veio igual ao estimado.

Pesquisa de preços e ata do PE 010/2024

5 Pagamentos sem atesto do fiscal

No PP 555/2024, R$ 164.207,85 foram empenhados, liquidados e pagos em dez dias, sem termo de recebimento. No PP 173/2024, requisição, nota fiscal e carimbo de recebimento têm a mesma data.

Processos de pagamento 173/2024 e 555/2024 (SIGA/TCM-BA)

6 Empresa sem empregados com R$ 2,6 milhões em obras

A Popular, sem empregados e com atividade de escritório, ficou com quatro obras em 2026. A maior foi homologada um dia após o recurso da concorrente MR Vortex Construções ser negado.

Atos de homologação das Concorrências 014, 018, 021 e 023/2026

5 O laboratório da sócia

Até 06/07/2026
Azinda é responsável técnica pelo laboratório do Hospital Municipal

→

45 dias
sem vínculo com o hospital

→

20/08/2026
Laborvida assina o Contrato 197/2026, de R$ 865.725,60, igual ao valor total do credenciamento

A Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990, art. 26, § 4º) proíbe que proprietários e dirigentes de serviços contratados pelo SUS exerçam cargo de chefia ou função de confiança no próprio SUS. A Lei de Licitações (Lei 14.133/2021, art. 9º, § 1º) impede que agente do órgão contratante participe de contratação com ele.

6 O elo com a Câmara

Câmara Municipal
contrata a Casa da Limpeza: R$ 25.204,20 em material de limpeza

→

Atestado da Câmara
é o único atestado técnico apresentado pela empresa

→

Prefeitura
Casa da Limpeza vence o PE 036/2024: R$ 1.277.855,24

7 O que os vereadores pedem ao Ministério Público

Investigação

- Abertura de inquérito civil e de procedimento investigatório criminal.
- Requisição da íntegra das licitações, contratos e pagamentos, e dos registros do sistema Licitações-e.
- Quebra dos sigilos bancário e fiscal das empresas e sócios, e relatório do COAF.
- Cópia ao Procurador-Geral de Justiça quanto à Prefeita, que tem foro no Tribunal de Justiça.

Medidas urgentes e controle

- **Recomendação para suspender pagamentos** das obras de 2026 e do contrato do Laborvida até o fim da apuração.
- Comunicação ao Tribunal de Contas dos Municípios.
- Quanto à parte paga com recursos federais (FUNDEB, salário-educação e SUS), comunicação ao MPF, à CGU e ao FNDE.
- Ao final, ações de improbidade e penal, com bloqueio de bens.

8 Fontes

Diário Oficial do Município de Monte Santo; SIGA e processos de pagamento do TCM-BA; Portal da Transparência; sistema Licitações-e (Banco do Brasil); JUCEB; Receita Federal (CNPJ); CNES; certidões do TSE. A íntegra da Notícia de Fato (66 páginas, com cópia dos documentos) pode ser solicitada aos gabinetes dos vereadores na Câmara Municipal de Monte Santo.

Atenção à redação. As informações acima são **indícios** extraídos de documentos oficiais e apresentados ao Ministério Público para apuração. Não há, até aqui, condenação de nenhuma das pessoas citadas, que têm direito à presunção de inocência, ao contraditório e à ampla defesa. Recomenda-se ouvir a Prefeitura de Monte Santo, a Câmara Municipal, as empresas e as pessoas mencionadas antes da publicação.

Assinam a denúncia os vereadores Emicleiton Rubem da Conceição, Williams Alves da Silva, Paulo Junior Cardoso de Almeida, João Batista da Silva e José Carlos Alves da Silva.